

Procedimento por “Ajuste Direto”: AJ/12/2020-PPC

NIPG n.º 7669/20

Pendente n.º 238969

Contratação: ***Prestação de Serviços de Auditoria e Revisão Legal de Contas para o biénio 2020/2021***

Exmo. (s) Senhor (es)

Tendo em vista a contratação acima referida, convida-se V. Exas a apresentar uma proposta de acordo com as especificações constantes no caderno de encargos, cujo exemplar se anexa.

Para o efeito e de acordo com o estabelecido no art.º 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, envia-se o documento “**Anexo – Termos e Condições**”, que faz parte integrante deste convite, onde se indicam as regras a que deve obedecer a proposta a apresentar, bem como outros aspetos que regulam este procedimento.

Nos termos das disposições legais em vigor, não poderão V. Exas. estar abrangidos pelos impedimentos previstos no art.º 55º do CCP. Em consequência, é obrigatória a apresentação da “Declaração – a que se refere a alínea a) do nº 1 do art.º 57º do CCP”, conforme **Anexo I** do CCP.

Em tudo o não especificado no presente convite e no caderno de encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do referido Código, bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Anexos:

Anexo – Termos e condições

Anexo I - Modelo da Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP

Anexo II - Modelo da Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo III – Modelo da Declaração de Inexistência de Impedimentos (n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do CCP)

Anexo IV - Modelo de Declaração de Consentimento de Tratamento de Dados (RGPD)

Anexo - Termos e Condições

Ajuste Direto – AJ/12/2020-PPC

NIPG n.º 7669/20

Contratação: *Prestação de Serviços de Auditoria e Revisão Legal de Contas para o biénio 2020/2021*

1 - Entidade adjudicante:

- Município de Óbidos
- NIPC: 506 802 698
- Morada: Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos
- Telefone: 262 955 50
- Fax: [262 955 501](tel:262955501)
- Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

2 - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

3 - Objeto do procedimento

O presente procedimento tem como objeto a ***Prestação de Serviços de Auditoria e Revisão Legal de Contas para o biénio 2020/2021*** cujas especificações constam do caderno de encargos.

4 - Fundamento da escolha de Ajuste Direto

4.1 - O recurso ao presente Ajuste Direto advém da imposição estipulada no n.º 3 do art.º 76.º conjugado com o art.º 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, republicada na Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

4.2 - Foi adotado o procedimento de Ajuste Direto nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, em virtude do valor do contrato ser inferior a 20.000,00€.

5 - Definição do Preço Base

5.1 - O **preço base**, montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **17.000,00€**, valor ao qual acresce o IVA a taxa legal em vigor.

5.2 - Nos termos do n.º 3 do art.º 47.º do CCP, o preço base, foi definido de acordo com informação do Serviço Requisitante, através de consulta preliminar, conforme orçamento anexo na pasta do procedimento.

6 - Documentos que constituem a proposta

A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

6.1 - Formulário principal, devidamente preenchido, disponível na plataforma eletrónica.

6.2 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo **Anexo I do CCP - “Declaração”**, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

6.3 - Documento que contenha **os termos ou condições**, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:

- **Preço contratual;**
- **Preço anual pelo Serviço de Auditoria e Certificação Legal de Contas;**
- A designação de um interlocutor que o represente em tudo o que concerne ao contrato, tendo em vista a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato, disponibilizando para o efeito os respetivos contactos telefónicos e endereço eletrónico.

6.3.1 - Os preços são indicados em algarismos, arredondados a duas casas decimais e **não inclui o IVA;**

6.4 - O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos aos termos ou condições;

6.5 - Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (**certidão permanente, atas, procurações, ou outros**).

6.6 - Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem**, por quem tenha poderes para o fazer, de acordo com os artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, **sob pena de exclusão**. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial, tal como consta no **ponto 6.5**, indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

7 - Idioma a utilizar na elaboração dos documentos

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.

8- Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9 - Prazo para apresentação da proposta

O prazo para apresentação das propostas termina às **23h59 de 19 de junho de 2020**.

9.1 - A abertura da proposta realiza-se no **1.º dia útil** seguinte ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

10- Manutenção da proposta

O **prazo da obrigação da manutenção** das propostas é de **66 dias** a contar da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas.

11 - Modo de apresentação da proposta

A proposta será apresentada diretamente na plataforma eletrónica www.acingov.pt, conforme indicado no **ponto 1**.

11.1 - Sempre que não for possível a apresentação de qualquer documento via eletrónica, o concorrente terá que o apresentar encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante. O invólucro deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado no **ponto 9** deste anexo ao convite.

12 - Caução/Garantia de cumprimento contratual

Considera-se, face ao valor (preço contratual < € 200.000), não deve ser exigida caução. Contudo, o Município de Óbidos procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, em caso de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

13 - Negociação das propostas

O presente procedimento não será alvo de negociação.

14 - Esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser dirigidos à entidade adjudicante, por escrito e submetidos na plataforma eletrónica referida no **ponto 1**, durante o **1.º terço** do prazo fixado no **ponto 9**.

14.1 - Nos termos do disposto no art.º 116.º do CCP, quando o prazo para apresentação da proposta seja inferior a **9 (nove) dias**, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados, e as retificações das mesmas podem ser efetuadas, até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

15 - Erros e omissões

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos por si detetados, com exceção daqueles que apenas possam ser detetados na fase de execução do contrato atuando com diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

15.1 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado no **ponto 9**, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo não sejam por ele expressamente aceites.

16 - Documentos de habilitação

Os documentos de habilitação exigíveis ao adjudicatário nos termos do art.º 81.º do CCP, deverão ser apresentados no prazo de **5 dias úteis**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, e são os seguintes:

- a)** Registo criminal de pessoa coletiva, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
- b)** Registo criminal pessoal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
- c)** Certidão da Conservatória do Registo Comercial ou respetivo código de acesso, caso esta não tenha sido entregue com a proposta;
- d)** Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Administração Fiscal;
- e)** Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;
- f)** Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução dos serviços;
- g)** Declaração emitida conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, em conformidade com o **Anexo II** do CCP;
- h)** Declaração de inexistência de impedimentos, conforme modelo apresentado no **Anexo III** a este convite;

i) Declaração de Consentimento de Tratamento de dados em conformidade com o modelo **Anexo IV** a este convite;

j) N.º de bilhete de identidade, prazo de validade e número de identificação fiscal (NIF) ou do cartão de cidadão, em substituição dos anteriormente referidos, de quem vai assinar o contrato;

OBSERVAÇÃO: De acordo com o disposto no n.º 4 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, o adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

De acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

16.1 - Nos termos do disposto no art.º 4 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro, e sob pena da caducidade da adjudicação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, **todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.**

16.1.1 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizados.

16.2 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do art.º 86.º do CCP, a entidade adjudicante notifica a entidade adjudicatária relativamente ao facto, fixando-lhe um prazo de **2 dias úteis**, para que esta se pronuncie por escrito ao abrigo da audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

16.3 - Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária, a entidade adjudicante concede à entidade adjudicatária um prazo de **5 dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

17 - O presente anexo faz parte integrante do convite.

A Técnica Superior

Ana Paula Dias



MUNICÍPIO DE
ÓBIDOS

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente

ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data),[assinatura ⁽⁴⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



MUNICÍPIO DE
ÓBIDOS

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE
ÓBIDOS

ANEXO III

Modelo de declaração da Inexistência de Impedimentos

(n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos)

1 - Para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) _____, NIF n.º _____, na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência _____, neste ato representada por _____ que declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

[..... (local), (data),[assinatura(s)].



MUNICÍPIO DE
ÓBIDOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO TRATAMENTO DE DADOS

1 - Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado/a que o Município de Óbidos irá recolher junto da entidade _____, dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 - Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento _____, e que no caso da entidade _____ vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.

3 - Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo eu o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 - Fui, ainda, informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assinatura
